



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

Assunto: **Pedido de Reconsideração de decisão do pregoeiro**

Destino: **Empresa CR7 COMERCIO DE ROCHAS E ACESSORIOS LTDA**

Processo: **08285.002273/2025-18**

Interessado: PRIME SERVICOS TECNICOS LTDA, CNPJ 33.526.544/0001-40

1. Trata-se de pedido de reconsideração encaminhado por e-mail (40913606) da empresa **PRIME SERVICOS TECNICOS LTDA, CNPJ 33.526.544/0001-40** de decisão do pregoeiro na Dispensa Eletrônica 90001/2025 que julgou e habilitou a empresa CR7 COMERCIO DE ROCHAS E ACESSORIOS LTDA.

2. Inicialmente cabe destacar que a Dispensa de Licitação Eletrônica, em que pese possibilitar a disputa, não é uma modalidade de licitação. Desta forma, no que se refere a etapa recursal não se aplica a este procedimento as regras da Lei 14.133/21.

3. De igual maneira, a Instrução normativa nº 67/2021 que regulamentou o procedimento não tratou de qualquer possibilidade recursal.

4. Apesar disto, não se pode olvidar que a possibilidade de petição decorre do controle social a que faz alusão o artigo 169 da NLLC:

5. *Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social ...*

6. Desta forma, este Órgão entende o procedimento como uma processo administrativo e em homenagem ao direito de petição do art. 5º, XXXIV da CF bem como lastreado nos princípios da legalidade, autotutela, ampla defesa e contraditório a petição da empresa PRIME SERVICOS TECNICOS LTDA, CNPJ 33.526.544/0001-40 será recebida e analisada pela CPL/SELOG/SR/PF/ES, nos termos e ritos da Lei 9.784/99 que regulamento o processo administrativo no âmbito da Administração Federal (art. 2º, X c/c art. 56 e seguintes).

7. Em atenção ao rito da aludida Lei em seu artigo 61 atribuo efeito suspensivo ao recurso interposto para possibilitar a manifestação da empresa imediatamente interessada, uma vez que há justo receio de prejuízo de difícil reparação a depender da análise de mérito da petição aludida:

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 62. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.

8. Pelo exposto, deverá ser oportunizado a empresa CR7 COMERCIO DE ROCHAS E ACESSORIOS LTDA a apresentação de alegações no prazo de 5 dias onde poderá evidenciar sua capacidade técnica profissional para a assinatura do contrato nos termos do item 4.18 do termo de referência, bem como apresentar suas razões em contra defesa à tese apresentada pela impetrante.

DANILO VIEIRA MARIANI

Escrivão de Polícia Federal

Pregoeiro

CPL/SELOG/SR/PF/ES



Documento assinado eletronicamente por **DANILO VIEIRA MARIANI, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 17/04/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40919035&crc=C1A8F333](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40919035&crc=C1A8F333).

Código verificador: **40919035** e Código CRC: **C1A8F333**.

Referência: Processo nº 08285.002273/2025-18

SEI nº 40919035